

O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: uma política pública para emancipação humana

Bruno Dandolini Colombo¹
Carlos Augusto Euzébio²
Vidalcir Ortigara³
Matheus Bernardo Silva⁴
Franck Calegari Correa⁵
Ana Lúcia Cardoso⁶

RESUMO

Procuramos nesse texto apresentar o relato de experiências vivenciadas na reflexão, planejamento e efetivação do Programa Segundo Tempo (PST) em Criciúma/SC, enfocando de forma crítica os problemas surgidos no confronto com as proposições que o norteiam. Após rápida apresentação do que é o PST, buscamos explicitar os entendimentos e reflexões já produzidos sobre o tema. Na seqüência, abordamos os princípios filosóficos, pedagógicos e administrativos do Programa na especificidade de seu desenvolvimento em Criciúma, em que o foco norteador foi a reconfiguração do mesmo para adequá-lo a uma ação que perspectiva a emancipação humana.

Palavras-Chave: Política Pública de Esporte e Lazer; Programa Segundo Tempo; Emancipação Humana

-
- 1 Licenciado em Educação Física, especialização em Educação Física Escolar. Contato: br_colombo@hotmail.com.
 - 2 Licenciado em Educação Física, mestre em Educação. Contato: cae@unesc.net.
 - 3 Licenciado em Educação Física, doutor em Educação. Contato: vdo@unesc.net.
 - 4 Licenciado em Educação Física, mestrando em Educação. Contato: matheuss.tuba@hotmail.com.
 - 5 Licenciado em Educação Física, especialização em Educação Física Escolar. Contato: frankc@unesc.net.
 - 6 Licenciada em Educação Física, mestre em Educação Física. Contato: anc@unesc.net.

“vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado das coisas. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. É preciso mudar toda a nossa maneira de ser.” (MÉSZÁROS, 2006)

SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPORTE E LAZER: QUESTÕES PRELIMINARES

As pressões sociais e o desconforto cotidiano decorrentes da sociabilidade capitalista são cada vez mais evidentes e contundentes. A necessidade humana de teimosamente sobreviver mesmo diante de um cenário desolador gera inúmeros planos e ações que constituem um conjunto de resistência que mescla inquebrantável esperança histórica com predominantes constatações de insuficiência das políticas de transição.

As tensões sociais ligadas à violência urbana, ao consumo de drogas e à falta de oportunidades de lazer por uma parcela da população cada vez mais jovem e numerosa estão entre as mais óbvias e sensíveis ao discurso político conservador. Ações baseadas em políticas públicas de esporte e lazer “pipocam” em todas as esferas. Em geral essas políticas prescindem de reflexão mais profunda dos conceitos de esporte e lazer, imprimindo ao fenômeno esportivo uma natureza regenerativa do tecido social que não resiste a análises mais demoradas. Malina (2009, p. 17-18) observa que nos debates e questões em torno do esporte

Propõe-se que, de certo modo, seja um fenômeno manipulável ao manipularmos as massas por uma ótica salvacionista ao se inferir responsabilidades a “ele,” como retirar pessoas das drogas e outros malefícios sociais típicos do Modo de Produção Capitalista (MPC). Indagamos: É possível discutir o fenômeno esporte

hoje dissociado do MPC? Quais possibilidades e limites na prática esportiva no MPC? Podemos discutir políticas públicas para o esporte e lazer no MPC? (MALINA, 2009, p.17-18)

A chegada de partidos políticos com plataformas progressistas aos governos de estados e municípios reavivou, no campo da Educação Física, o debate em torno da questão dos limites e possibilidades das políticas públicas. Tratando especificamente de administrações municipais do partido dos trabalhadores, Formiga, Gnecco e Terra (1992, p. 124-125) apontam os desafios lançados:

No que se refere aos serviços públicos de esporte e lazer, podemos verificar que, sendo praticados no tempo livre da população - exceto o esporte profissional - e tendo o tempo livre origem nas lutas históricas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, na luta por descanso semanal, férias remuneradas, em resumo, sendo fruto da organização e luta da classe trabalhadora no conflito capital/trabalho, este tempo livre foi sendo apropriado pela burguesia e sua indústria cultural, tornando-se um tempo de consumo e adequação aos valores burgueses.

A vitória eleitoral em nível federal pelo Partido dos Trabalhadores em 2002 trouxe para a esfera nacional os desafios colocados até então aos governos municipais. A Secretaria Nacional de Esportes passa à condição de Ministério e adota como um dos seus programas estratégicos o Programa Segundo Tempo (PST).

O Programa Segundo Tempo (PST) tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens, no contraturno escolar, mediante atividades esportivas sob orientação de professores e monitores de Educação Física e/ou Esporte. No ano de 2009, esse Programa funcionou em mais de 1.344 Municípios, em todos os estados e no Distrito Federal, beneficiando 997.202 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 19.234 professores e monitores. (BRASIL, 2010, p. 217)

O Programa conta em seu formato com a presença de parceiros e patrocinadores. Esses viabilizam, em nível local, econômica e estruturalmente o programa que é desenvolvido nacionalmente. Athayde e Mascarenhas (2009, p. 15) apontam que o mesmo,

Contando com as parcerias firmadas com diversos Ministérios do Governo Federal, tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para Governos Estaduais, Governos Municipais, Organizações Não-Governamentais e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Compreendendo que as políticas públicas carregam essencialmente a limitação do sistema em que são geradas, mas objetivando explorar as possibilidades geradas pela contradição dialética inerente às produções humanas, propomo-nos a

apresentar e pensar diversos fatores – reflexões, problemas, intervenções, planejamento e proposições – que ocorrem no interior do PST nos Núcleos de seu desenvolvimento em Criciúma/SC⁷.

Nesse sentido, acreditamos que a permanente reflexão sobre os programas de políticas públicas é importante estratégia para superar os antagonismos e ampliar a estreita “margem de manobra” permitida pelos setores conservadores. Mascarenhas (2007, p. 208), esgrimindo o debate, precisa a questão:

Ao buscar a construção de um método que subsidie a abordagem de programas e projetos de lazer, temos de optar por uma estratégia que pressuponha a superação de antigos modelos de intervenção pedagógica assentados no espírito de desenvolvimento comunitário. Uma política de lazer sintonizada com interesses democrático-populares deve pautar-se pela construção e valorização de propostas teórico-metodológicas que problematizam as contradições e condições concretas de vida do grupo com que se trabalha, vendo no lazer mais um instrumento de empoderamento das classes populares, o que constitui alternativa para a recriação e superação das atuais propostas de lazer.

Apresentaremos o Programa no município de Criciúma/SC, mostrando as características que o fundamenta. Estes estudos encontram relevância na efetivação cotidiana do Programa e, para sua análise, nos utilizamos do diário de campo⁸ que teve por objetivo registrar nossas decisões e subsidiar as ações.

7 Criciúma é a maior cidade do litoral sul de Santa Catarina, com aproximadamente 190 mil habitantes

8 Várias passagens desse diário de campo estão presentes no texto.

AS REFLEXÕES EM AÇÃO: O PST EM CRICIÚMA

Em Criciúma, o PST é coordenado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Nela o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar – GEPEFE⁹ – é responsável por sua execução e pela formação dos bolsistas.

As orientações teórico-metodológicas têm como pressuposto que o homem é um *ser histórico* que se constrói através de suas relações com o mundo natural e social. Não se trata de uma relação direta e imediata entre homem e mundo, mas uma relação mediada por um elemento intermediário, que neste caso é o instrumento (mediação cultural). Originando-se do social para o individual, o homem não é apenas sujeito ativo, mas um sujeito que constitui sua consciência e formas de ação nas relações sociais, nas relações com os outros homens: a ação do sujeito a partir da ação entre sujeitos (SCALCON, 2002).

Bhaskar (2001, p. 10) aponta que

A sociedade [...] fornece as condições necessárias para a ação humana intencional e a ação humana intencional é uma condição necessária para a sociedade. A sociedade está presente apenas na ação humana, mas a ação humana sempre se expressa e utiliza uma ou outra forma social.

O indivíduo está diretamente ligado aos movimentos social, cultural e histórico. No atual contexto sócio-histórico, o indivíduo está imerso em uma sociedade

burguesa, em que a vida social passou a ser determinada pela propriedade privada, objetivando o enriquecimento individual, em que o dinheiro é o principal critério de avaliação dos aspectos da vida humana.

Lessa e Tonet (2008, p. 81-82) ressaltam que nessa sociabilidade que preconiza o individualismo burguês, as necessidades humanas coletivas subordinam-se ao enriquecimento privado, “ao complexo processo de acumulação do capital pelos burgueses. [...] Ganhar dinheiro se tornou a razão central da vida dos indivíduos, e a dimensão coletiva, genérica, das suas vidas foi mascarada pelo egoísmo e mesquinaria que caracterizam o burguês.”

Compreendemos que para pensar nossas ações e proposições há a necessidade de superação desse sistema social para alcançarmos a emancipação humana. Conforme Tonet (2005, p. 179) é “a superação de toda alienação e não apenas da alienação típica da forma capitalista de sociabilidade”.

A alienação produzida pelas manifestações esportivas (e de lazer) é demarcada na obra de autores como Proni (2002) e Gebara (2002), entre outros. Não obstante fundamentamo-nos na ideia de que a cultura corporal (em especial o esporte), como construção social e histórica da humanidade, pode e deve ser dialeticamente tratada como ferramenta de luta na perspectiva da emancipação humana.

Faz-se importante, portanto, a democratização do acesso, em termos de localização, permanência e segurança, e o direito de escolha da atividade que contemple o interesse do praticante, que não pode

9 O GEPEFE é constituído por docentes e acadêmicos da UNESC e sustenta-se nas perspectivas críticas da Educação e, por consequência, na psicologia histórico-cultural, na pedagogia histórico-crítica e na proposta metodológica para a Educação Física crítico-superadora.

ser refém de uma suposta cultura esportiva nacional em espaços improvisados, como a rua. É na esteira dessa reflexão que conduzimos o PST, como uma possibilidade de efetivar essa necessária democratização do acesso ao lazer.

O PST em Criciúma ocorre em três bairros¹⁰ e iniciou no ano de 2010. Além do apoio do GEPEFE, conta com dois coordenadores, nove estagiários e atende cerca de trezentas crianças. Os principais pontos a serem explicitados estão registrados nos diários de campo. Para efetivação da proposta, fundamentamos nossas práticas na tendência crítico-superadora. Nesta tendência, compreende-se que o centro do processo de educação é o conhecimento. Parte do entendimento que a “[...] apropriação ativa e consciente do conhecimento é uma das formas de emancipação humana” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 17).

Mas, o que é conhecimento? De acordo com Luckesi (1994, p. 122),

O conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade. Ou seja, a realidade exterior adquire, no interior do ser humano, uma forma abstrata pensada, que lhe permite saber e dizer o que essa realidade é. A realidade exterior se faz presente no interior do sujeito do pensamento. A realidade, através do conhecimento, deixa de ser uma incógnita, uma coisa opaca, para se tornar algo compreendido, translúcido.

No cotidiano do PST temos como objetivo mediar o conhecimento, mas essa ação depende de inúmeras variáveis. Essas se desdobram em orientações de ordem técnico/administrativa:

1. O acesso deve ser garantido com recursos e estrutura.
2. A permanência decorre (não exclusivamente!) de uma metodologia que rompa com os paradigmas do rendimento.
3. Consideração dos conhecimentos sobre o esporte a partir do princípio da totalidade.
4. Romper com a organização de eventos descontextualizados, não-problematizadores e pontuais.
5. Identificar-se com as culturas/tradições/subjetividades de cada localidade.
6. Articulação com organização comunitária.

A partir dessas orientações, estabelecemos algumas ferramentas/estratégias como fundamentais para que pudéssemos avançar na conquista dos objetivos traçados. Compreendemos a necessidade de uma formação continuada de qualidade; um planejamento mais reflexivo e objetivo e reuniões sistemáticas para operacionalização.

O PST apresenta longa lista de diretrizes e princípios metodológicos/pedagógicos. Desses princípios selecionamos os que compreendemos identificarem-se com nossos propósitos:

- Democratizar a atividade esportiva incentivando o acesso às atividades esportivas educacionais sem quaisquer distinções ou formas de discriminação individuais ou coletivas.
- Descentralização operacional para facilitar a implantação local, de forma que o planejamento e a implantação do

10 Os bairros são: Napolini, Anita Garibaldi e Cristo Redentor.

programa atendam às disponibilidades próprias das organizações locais;
- Estabelecer estratégias de construção de política pública a partir do engajamento do poder político, da ampliação de parceiros e espaços (BRASIL, 2010).

Inicialmente nos concentramos na questão da evasão. Essa temática é central, pois devemos ter um número de alunos para cada núcleo, seja por determinação do Ministério do Esporte, seja pela orientação imposta pelo próprio grupo. Nossa estratégia a respeito da evasão orientou duas intervenções. A primeira é conversar com os alunos que frequentam o Programa para que eles possam contribuir no reingresso dos alunos desistentes. A segunda, carinhosamente chamada de “resgate”, trata-se da passagem de um estagiário no bairro convidando e conduzindo as crianças até o núcleo.

O professor Bruno foi ao Maria Zanette¹¹ resgatar as crianças, conversando com os pais verificou que a não frequência de crianças existe devido aos casos de abuso sexual e morte, e assim, têm medo de mandar as crianças para o Segundo Tempo. Desse modo, o professor Bruno acordou que um professor do programa irá buscar as crianças. Alguns adolescentes foram resgatados para participar (DIÁRIO DE CAMPO NASPOLINI, 06.04.2010).

Outra das variáveis que consideramos em relação à questão conhecimento está vinculada à seleção dos conteúdos tratados, que seguem os “princípios curriculares no trato do conhecimento” (COLETIVO DE

AUTORES, 1992, p. 30). Considerando os princípios da relevância social do conteúdo, contemporaneidade do conteúdo e adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas, organizamos encontros com os alunos para coletivamente construir nosso planejamento.

Outra diretriz de nossas reflexões sobre os conteúdos foi a assertiva de Libâneo (1995, p. 39) de que “(...) não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados é preciso que se liguem de forma indissociável a sua significação humana e social.”

O esporte possui um lugar de destaque em nossas intervenções pedagógicas. Tal prática social

se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 69-70).

É preciso desvelá-lo de tal forma que os alunos se apropriem de maneira crítica dos conhecimentos inerentes a esse fenômeno social, podendo compreendê-lo na totalidade de seu contexto.

Sobre os limites da proposta metodológica crítico-superadora, destacamos a análise de Kunz quanto aos esclarecimentos referentes a que conhecimentos os alunos precisam se apropriar e como transmiti-los. O autor aponta para a necessidade de aprofundar o debate em torno do conhecimento:

11 Maria Zanette é loteamento de casas e casebres resultados de ocupação próxima ao bairro Napolini, onde se realiza o PST.

O que não ficou claro [...] e que no meu modo de ver é um dos aspectos mais importantes da questão metodológica para o ensino dos esportes, é o problema relacionado ao “conhecimento” que os alunos precisam adquirir para “criticar o esporte” e para “compreendê-lo” em relação a seus valores e normas sociais e culturais (KUNZ, 1994, p. 20).

É no seio desse debate que apresentamos a seguir algumas de nossas ações, sem ter o intuito de esgotar tais questões, compreendendo a dificuldade posta. No entanto, buscando coerência com uma prática ancorada teoricamente em um projeto social que desfavoreça o atual, objetivamos didático-metodologicamente qualificar nossas ações.

O COTIDIANO PENSADO: O DIA-A-DIA DO PST

Em sintonia com o apelo sentimental, histórico, cultural e econômico o futebol é conteúdo privilegiado do Programa. Como estratégia, definimos uma metodologia de aprofundamento do futebol considerando suas múltiplas faces, portanto foram considerados na elaboração dos planos de aula aspectos relativos ao histórico, fundamentos técnico/táticos, mundo do trabalho e espetacularização do esporte.

Os vídeos são instrumentos eficazes em nossas intervenções pedagógicas e fazem parte do cotidiano do nosso Programa. Com ajuda dos professores para “decodificar” o que se encontra oculto e/ou embaralhado aos “olhos” dos nossos

alunos, objetivamos ampliar a compreensão das interações dialéticas desse fenômeno chamado esporte.

A apropriação do conhecimento foi inferida a partir de variados instrumentos. Nesses momentos foram realizadas conversas em grupo sobre o tema específico, solicitado aos alunos que desenhassem seus entendimentos, dinâmicas de perguntas e respostas – em algumas ocasiões perguntas elaboradas pelos próprios alunos e outros momentos com a intervenção dos professores e estagiários. Também foram realizadas avaliações escritas. Neste sentido, o planejamento das ações e a avaliação integram-se em efetiva unidade.

Outros esportes também foram abordados, como tênis, rúgbi, voleibol e handebol, além de outras temáticas como atividades recreativas, taca, confecção de pipas, carretilhas e capoeira. Todas foram incluídas a partir dos debates realizados com os próprios alunos.

Também estruturamos alguns jogos¹² em categorias e fomos mostrando aos alunos atividades consideradas de fácil apropriação até atividades mais complexas.

Iniciaram a atividade de pique-bandeira, primeiramente sem tática, percebendo que cada um queria pegar apenas a bandeira, ficando ‘sem graça’. Após uma conversa, cada equipe com seu professor criou suas táticas deixando o jogo dinâmico, envolvendo todos de forma coletiva [...] No fim de cada atividade foi realizada uma conversa. As crianças entenderam que a tática serve para além de ganhar o jogo, começando a pensar no

12 O jogo é uma ação importante no desenvolvimento da criança, considerando-o como uma atividade histórica e social. Elkonin (apud NASCIMENTO; ARAÚJO; MIGUEIS, 2010, p. 121) afirma: “A base do jogo é social devido precisamente a que também o são sua natureza e sua origem, ou seja, a que o jogo nasce das condições da vida da criança em sociedade.” Portanto, o jogo é uma maneira comum e específica de atividade humana.

coletivo, nas pessoas da equipe (DIÁRIO DE CAMPO CRISTO REDENTOR, 17.08.2010).

Também realizamos atividades especiais nos finais de semana, conduzindo uma vez por mês cada núcleo para a piscina da UNESC. Neste dia, os alunos não utilizam apenas o espaço físico da piscina. São realizadas outras atividades, planejadas em conjunto, com a finalidade de proporcionar aos alunos vivências de outros ambientes, fora de seu contexto social. Contando com o apoio da Universidade tentamos explorar ao máximo as condições objetivas oferecidas.

Em nosso planejamento consta um evento a ser realizado nas comunidades onde os núcleos estão inseridos que contará com a intervenção de várias áreas do conhecimento relacionadas à Universidade. Cursos como Direito, Educação Física, Engenharia, Psicologia, Medicina, entre outros, ficarão à disposição da comunidade.

Quinzenalmente é realizada uma reunião operacional para que os estagiários, juntamente com os coordenadores, possam explicitar problemas, proposições e recados vinculados ao PST. Mensalmente é dedicado um dia para a elaboração do planejamento para cada núcleo. Este planejamento consiste em construir todos os planos de aula, levando em consideração as especificidades de cada núcleo/bairro levantadas nas reuniões com as próprias crianças.

Esses encontros constituíram-se também em espaço de formação continuada, cujo objetivo é refletir sobre a prática cotidiana e constituir novos horizontes

de atuação. Os professores que fornecem essa formação são membros do GEPEFE. Nos encontros são abordados temas como: atividades recreativas, proposta crítica no âmbito da Educação Física, o fenômeno esporte no modo de produção capitalista, etc.

ONDE ESTÃO OS PÉS ESTÁ A CABEÇA: CONSTRUINDO COM A COMUNIDADE

Cumpramos ressaltar que o PST participa da organização de eventos das comunidades. O PST participa desde festas tradicionais da comunidade até reunião da Associação de Pais e Professores da escola do bairro. Nelas, o Programa adquiriu legitimidade e autonomia em expor seus ideais, metodologias e perspectivas de intervenções. Um dos encontros mais marcantes com a comunidade foi a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da ONG Cidadania em Ação¹³. A reunião contou com a participação de estagiários do programa, integrantes da ONG e moradores da comunidade.

Destacamos algumas ações de interação com as comunidades no qual o PST está inserido:

- *Festa de Carnaval do Anita Garibaldi*: em parceria com a ONG Cidadania em Ação, desenvolvemos atividades que problematizassem o carnaval, compreendendo esse fenômeno e ao mesmo tempo proporcionando momentos de diversão para os alunos;
- *Festas Juninas*: pensou-se uma nova configuração para a festa, pois alegavam não envolverem a participação

13 A Associação Cidadania em Ação é uma organização não governamental que desenvolve atividades de convivência e fortalecimento de vínculos com crianças, adolescentes e famílias da comunidade Anita Garibaldi desde abril de 2007.

mútua da comunidade nos últimos tempos. Passamos a nos reunir com lideranças comunitárias para planejarmos cada detalhe. Foi positiva a relação estreita que se estabeleceu com os pais das crianças envolvidas com o Programa, assim como com toda comunidade;

- *Gincana Ser Criança da Escola Vilson Lalau*: Fomos convidados a pensar juntamente com a direção e professores de Educação Física da Escola, em um primeiro momento, uma proposta de Gincana que contemplasse a participação de toda a escola e que tivesse relação com a semana comemorativa do dia das crianças. Reunimo-nos em muitos momentos a fim de obter êxito e aprovação coletiva dos demais professores e das crianças envolvidas, nosso foco principal. Feitos os ajustes necessários, decidimos que apenas um dia não seria o suficiente pela dimensão que se tomou. Modificamos o cenário escolar em uma semana. Decidimos que os alunos seriam os protagonistas da construção da Gincana afinal, se pensou para eles, com a mediação dos professores de sala de aula – na sala de aula – e a Direção da Escola. Houve durante o processo de construção da Gincana: elaboração de brinquedo por todas as equipes (dividimos a escola em 4 cores: azul, verde, vermelho e amarelo), grito de paz (ressignificação opondo-se ao Grito de Guerra), escolha do

nome da equipe, atividades específicas em meio a comunidade, entre outras. No dia do encerramento da Gincana, literalmente fechamos a rua em frente à Escola. Foram momentos especiais nos quais envolveram toda a comunidade que compareceu em massa ao evento, na qual alcançamos nosso objetivo de contar com a participação e envolvimento de todos os agentes da escola, em especial, das crianças que realmente protagonizaram a Gincana Ser Criança.

A GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todavia, há acontecimentos externos ao programa que interferem diretamente nas ações pedagógicas. Apresentaremos algumas passagens do diário de campo que permitem a explicitação da multiplicidade desses eventos.

Vamos aos fatores: logo que chegamos (12:55), nos deparamos com uma casa pegando fogo, ao lado do centro comunitário onde realizamos nossas atividades. O corpo de bombeiros já estava presente, acompanhado por um aglomerado de moradores do bairro. Um sentimento de tristeza tomou conta dos que estavam presentes, entre eles: Bruno e Matheus.

Obs.: faltou água o dia todo no centro comunitário, a escola servia como aparato. Também aproveitamos para discutir com Sr. Guimarães¹⁴ sobre o tráfico na comunidade, as histórias de alunos/familiares, coisas importantes para o nosso trabalho, para que pudéssemos entender melhor o que se passa com cada aluno.

14 Presidente da Associação dos Moradores do bairro Anita Garibaldi e membro da ONG Cidadania e Ação.

Hoje, uma segunda-feira, muito chuvosa, compareceram apenas 3 crianças. Um motivo crucial para o baixo número de alunos foram as fortes chuvas que ocorreram durante toda madrugada, ocasionando alguns alagamentos nas ruas do bairro Anita Garibaldi.

Hoje compareceram 22 crianças. Nos deslocamos para o campo, pois o salão estava sendo usado para um velório.

Todas estas atividades implantadas mesmo diante as dificuldades apontadas anteriormente, são orientadas com o objetivo de superar o senso comum e qualificar nossas intervenções no cotidiano. Dessa forma, compreendemos que é necessário ir além da ótica parcial e falsa da nossa prática social, baseada por uma metodologia pragmática, fragmentada e positivista (BRACHT, 1997).

Pautamos este relato pelo levantamento das possibilidades de perceber o PST como uma política pública efetivamente vinculada a uma dimensão crítica de leitura e intervenção na realidade. O enfrentamento da evasão, a centralidade do conhecimento e a relação estreita e orgânica com as comunidades parecem-nos eixos norteadores para constituição de políticas que exaltam a perspectiva de emancipação humana.

Nesse documento não foi possível apresentar todas as ações/estratégias/princípios que vem sendo implementados no PST, contudo acreditamos que dos exemplos expostos e do debate realizado depreende-se a estrutura articuladora do Programa.

Compreendemos que pelo estágio seminal do programa, várias pendências e limitações estão colocadas e devem ser vencidas, sempre destacando que todas essas ações de intervenções e críticas estão vinculadas ao sistema social vigente, que

tem como finalidade manter e ampliar o lucro, norteado por uma alienação popular.

Nesta desigualdade social exorbitante é decisivo ressaltar:

Não existe possibilidade de emancipação humana fora do processo revolucionário de superação do modo de o capital organizar a vida, fora do fim da propriedade privada dos meios de produção; da derrubada do Estado burguês; fim da subsunção do trabalho ao capital; fim da política de conciliação de classes (TAFFAREL, 2009, p. 193).

Enquanto não alcançarmos essa condição, temos a possibilidade de ocupar os espaços públicos e agir em prol das possibilidades de superação do atual modelo de sociabilidade. Não será com a remodelação de um Programa que realizaremos a esperada emancipação, pois acreditamos que ela não é uma abstração produzida na retórica e que seria solucionável neste nível. Mas tal ação contribui para o campo de possibilidades estabelecidas nas condições concretas do conjunto de relações sociais. A luta do e no cotidiano é imprescindível, ainda que não suficiente, para que outro mundo seja possível.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F. (2009). Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 14, n. 137, out.
- BHASKAR, R. (2001). **Sociedades**. Tradução livre: Hermann Marthow; Thais Maia. Niterói, UFF. Texto não publicado.

- BRACHT, V. (1997). **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister.
- BRASIL, Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte Educacional. (2010). **Programa Segundo Tempo**. Brasília. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>>. Acessado em 29 de abril de 2011.
- COLETIVO DE AUTORES. (1992). **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez.
- FORMIGA, R.; GNECCO, J. R.; TERRA, O. (1992). O direito ao ócio. In: BITTAR, J. (Org.). **Modo petista de governar**. São Paulo: Teoria & Debate.
- GEBARA, A. (2002). História do esporte: novas abordagens. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados.
- LESSA, S; TONET, I. (2008). **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular.
- LIBÂNEO, J. C. (1995). **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola.
- LUCKESI, C. C. (1994). **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez.
- KUNZ, E. (1994). **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijui.
- MALINA, A. (2009). O esporte como um bem da humanidade e o modo capitalista. In: MALINA, A. (Org.). **Esporte: fator de integração e inclusão social?**. Campo Grande: Ed. UFMS.
- MÉSZÁROS, I. (2006). **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo.
- NASCIMENTO, C. P; ARAÚJO, E. S; MIGUEIS, M. R. (2010). O conteúdo e a estrutura da atividade de ensino na educação infantil: o papel do jogo. In: MOURA, M. O. **A atividade pedagógica na teoria Histórico-Cultural**. Brasília: Liber livro.
- PRONI, M. W. (2002). Brohm e a organização capitalista do esporte. In PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados.
- SCALCON, S. (2002). À Procura da unidade **Psicopedagógica**: articulando a psicologia histórico-cultural com a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados.
- TAFFAREL, C. N. Z. (2009). Esporte na escola e o esporte de rendimento: reafirmando o marxismo contra as ilusões e as imposturas intelectuais. In: STIGGER, M. P; LOVISOLO, H. (Orgs.). **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas: Autores Associados.
- TONET, I. (2005). **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijui.

SECOND TIME PROGRAM: a policy for human emancipation

ABSTRACT

We try to make this text an account of experiences in thinking, planning, realization of the Second Time Program (PST) effected in Criciúma/SC, focusing on a critical problems in comparison with the propositions that guide. After a brief presentation of what is the PST, we seek to clarify the understandings and reflections on the subject ever produced. Subsequently we discuss the philosophical principles, educational and administrative program of the specificity of its development in Criciúma, where the focus was guiding the reconfiguration of the same to bring it to an action that perspective to human emancipation.

Keywords: Public Policy for Sporting and Leisure; Second Time Program; Human Emancipation.

Recebido em: abril/2012
Aprovado em: julho/2012